

# Uma Proposta de Avaliação Escolar para Além do Autoritarismo

WLADIMIR DA COSTA CAMILLO

## RESUMO

As diversas concepções de educação deram uma tonalidade à avaliação, conforme a predominância de determinados enfoques teóricos.

A avaliação pode ser importante condição de desenvolvimento integral, criativo e transformador da personalidade humana, assim como pode tornar-se instrumento de eliminação e seletividade de um sistema educacional voltado para os aspectos quantitativos deste processo, despreocupado com os fatores globais do educando, que devem ser considerados, em primeiro lugar.

O presente trabalho procura focalizar os diversos tipos de avaliação, explicitando-os de forma coerente, enfatizando que avaliar não é um fim, mas um meio, um recurso pedagógico, não podendo tornar-se uma forma de eliminação, de exclusão escolar.

O aluno é avaliado em função dos padrões de comportamento, de conhecimento, de habilidades, propostos pela escola. Quem não é capaz de responder às exigências que tais padrões propõem, não está pronto, não está maduro para acompanhar o processo de escolarização. Assim, a falta de maturidade, de prontidão, de inteligência, de competência do aluno não tem explicação, nem justificativa.

Pretendemos com este trabalho propor alternativas que possibilitem ao professor redefinir sua prática pedagógica e mudar o seu posicionamento em relação à avaliação da aprendizagem, no ensino fundamental e médio, tomando como referência as teorias de LUCKESI (1984), HOFFMANN (1992), entre outros autores.

Hoje, os profissionais da educação que se sentem comprometidos com os interesses do aluno e procuram caminhar rumo ao ensino de

qualidade, tentam objetivar o problema do fracasso da escola, questionando não um aluno para uma escola-padrão, mas a relação entre a escola, seu currículo, seus programas e seu sistema de avaliação.

A avaliação escolar envolve contextos pedagógicos e sérios problemas que afligem as atividades do professor ao longo de sua jornada educativa.

O que pretendemos é uma reflexão sobre a avaliação, e não o simples fato de condená-la. São condenadas algumas formas e modos de se avaliar, inclusive, quando se procura manter a disciplina sobre a ameaça da perda de pontos, com o uso de medidas autoritárias, com modos e atitudes arbitrárias.

Sabemos da necessidade e urgência de mudança, e todos os envolvidos com o processo educativo precisam se unir através de um esforço conjunto para imprimir novos rumos ao sistema de avaliação adotado por nossa escola.

O professor é o agente mais diretamente ligado ao processo de mudança. Ele precisa adotar um posicionamento consciente, uma crença profunda num ensino realizado em bases científicas, planejado em função de objetivos e avaliado através de instrumentos confiáveis.

É indispensável ainda que, preocupado com seu trabalho do dia-a-dia, o professor não esqueça o fim maior da avaliação no contexto da ação pedagógica - se os objetivos propostos estão sendo perseguidos para atender aos fins da educação e se vão contribuir para a formação de um homem mais crítico, reflexivo, livre e feliz.

Avaliados e avaliadores, lado a lado, precisam eximir o professor do seu posicionamento de superioridade.

Creemos que um dos pontos de destaque para a diminuição do fracasso escolar está associado à melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, aos novos rumos da avaliação e sua prática no dia-a-dia da nossa realidade escolar.

## INTRODUÇÃO

Este tema foi selecionado devido ao fato de a avaliação escolar envolver contextos pedagógicos e sérios problemas que afligem as atividades do professor ao longo de sua jornada educativa.

Muitas vezes o aluno é avaliado em função dos padrões de comportamento, de conhecimento, de habilidades propostas pela escola. Quem não é capaz de responder às exigências que tais padrões propõem, não está pronto, não está maduro para acompanhar o processo de escolarização.

Uma das grandes confusões que nós, docentes, costumamos cometer é não diferenciar medir e avaliar. Assim, na prática docente, a avaliação se processa equivocadamente e a serviço do autoritarismo.

O professor utiliza-se da avaliação para classificar o aluno e não para verificar o seu estado momentâneo de aprendizagem, tendo em vista o atendimento de um objetivo proposto.

A avaliação deveria ter como objetivo possibilitar uma tomada de decisão, seja para conservar uma situação, seja para modificá-la, ou mesmo eliminá-la, ou seja, a avaliação deveria ter um sentido dinâmico quanto o da ação. Só assim ela servirá de suporte e de controle de qualidade da ação educativa.

Hoje, os profissionais da educação que se sentem comprometidos com os interesses do aluno e procuram caminhar rumo ao ensino de qualidade, tentam objetivar o problema do fracasso da escola, questionando não um aluno para uma escola-padrão, mas a relação entre a escola, seu currículo, seus programas e seu sistema de avaliação.

A avaliação pode ser importante condição de desenvolvimento integral, criativo e transformador da personalidade humana, assim como pode tornar-se instrumento de eliminação e seletividade de um sistema educacional voltado para os aspectos quantitativos deste processo, despreocupado dos fatores globais do educando, que devem ser considerados, em primeiro lugar.

O presente trabalho procura focalizar os diversos tipos de avaliação e propor alternativas que possibilitem ao professor redefinir sua prática pedagógica e mudar o seu posicionamento em relação à avaliação da aprendizagem, tomando como referência as teorias de LUCKESI (1984), HOFFMANN (1992), entre outros autores.

O que pretendemos é uma reflexão sobre a avaliação, e não o simples fato de condená-la. São condenadas algumas formas e modos de se avaliar, inclusive, quando se procura manter a disciplina sob a ameaça da perda de pontos, com o uso de medidas autoritárias, com modos e atitudes arbitrarias.

Temos como objetivos, com a realização deste trabalho:

- demonstrar teórica e realisticamente a importância da avaliação diagnóstica e formativa na vida do educando;
- comprovar a aplicabilidade da avaliação diagnóstica e formativa em experiências em sala de aula (pesquisa de campo);
- estabelecer relações entre avaliação/educador e educando/repetência;

**1. A PRÁTICA DA  
AVALIAÇÃO DO  
RENDIMENTO ESCOLAR:  
CONTEXTOS  
PEDAGÓGICOS**

- estabelecer a relação entre avaliação e construção do conhecimento.

Esta pesquisa foi fundamentada em referenciais bibliográficos sobre o assunto e realizou-se em quatro unidades de ensino público, com aplicação de um questionário a 10 (dez) professores de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e de 1ª a 3ª série do ensino médio de escolas do Rio de Janeiro - RJ.

Podemos assim esquematizar a nossa monografia: a primeira parte trata da avaliação educacional, no sentido tradicional e moderno; a segunda parte refere-se à avaliação a serviço do processo de ensino-aprendizagem e, para comprovar ou discordar desta prática de avaliação, a terceira parte retrata uma pesquisa de campo realizada com um total de 10 (dez) professores de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e de 1ª a 3ª série do ensino médio.

Baseada nesta fundamentação, a quarta e última parte discorre fazendo uma análise comparativa entre a teoria apregoada quanto avaliação e a realidade desta prática, nas escolas.

Consta, em anexo, uma amostra do questionário aplicado aos professores das mencionadas escolas do Rio de Janeiro - RJ, que foi elaborado pelo autor do presente trabalho e que encontra-se discutido na Parte 3.

**1.1. Características da avaliação**

A avaliação escolar, um dos temas mais falados e discutidos no meio educacional, é ainda o ponto frágil do educador.

Todas as vezes que se fala em avaliação nos vem à mente imagens arbitrarias que se associam aos fantasmas do nervosismo e do medo.

Sabe-se que, apesar de tantos estudos, a avaliação do rendimento escolar ou a avaliação da aprendizagem ainda tem sido utilizada como um processo a serviço de uma pedagogia tradicional.

*(...) o professor cumpre penosamente uma exigência burocrática e o aluno, por sua vez, sofre o processo avaliativo. Ambos perdem nesse momento e descaracterizam a avaliação de seu significado básico de investigação e dinamização do processo de conhecimento". (HOFFMANN, 1992: 19)*

O pensamento de HOFFMANN (1992) descreve totalmente o ato avaliativo na pedagogia tradicional, onde o aluno é educado para

atingir, pelo seu próprio esforço, sua completa realização e é visto apenas como um recipiente para guardar conhecimentos.

A avaliação é autoritária e disciplinadora, buscando medir “o que” e “quanto”. Avaliar é tarefa exclusiva do professor. A pedagogia escolanovista ou renovada valoriza mais os aspectos afetivos do que os cognitivos.

A avaliação é vista como um ato individual e própria do aluno, sendo o professor um facilitador da aprendizagem. Na pedagogia tecnicista, a eficiência é a chave de tudo. A avaliação relaciona-se com os objetivos determinados para verificar comportamentos desejados.

Todas elas são traduções do modelo liberal conservador da nossa sociedade, que objetivam representar a equalização social.

Com o objetivo de traduzir este projeto histórico em prática educacional, surgiram as teorias progressistas: a libertária, que espera que a escola exerça uma transformação na personalidade do aluno num sentido libertário e, a pedagogia libertadora, fundada e representada pelo pensamento e prática pedagógica inspirada nas atividades do grande educador Paulo Freire, que a ela se refere de modo particular.

*“a escola deve ser um instrumento de conscientização e organização política do educando”.* (FREIRE, 1983: 14)

A escola não deve ser apenas um instrumento de robotização da matéria ensinada e memorizada que, após avaliada, cai no esquecimento. Ela precisa ser o momento em que o aluno, no ato de aprender, liberte seus sentimentos, sua capacidade intelectual, suas idéias e ideologias. Agindo assim, ela estará assumindo uma nova postura, adotando o diálogo e abrindo caminhos para a transformação da realidade social.

Surge a pedagogia dos conteúdos sócio-culturais, representada por SAVIANI (1992), que defende a idéia de igualdade e oportunidade para todos e, o professor é o educador competente que direciona o processo ensino-aprendizagem.

A avaliação é cooperativa, é responsabilidade de todos, é dinâmica. Ela soma a importância do processo ensino-aprendizagem e a complexidade de se avaliar objetivamente seus resultados.

*“A tendência da pedagogia crítico-social dos conteúdos propõe uma síntese superadora das pedagogias tradicional e renovada, valorizando a ação pedagógica enquanto inserida*

*na prática social concreta. Entende a escola como mediação entre o individual e o social, exercendo aí a articulação entre a transmissão dos conteúdos e a assimilação ativa por parte de um aluno concreto (inserido num contexto de relações sociais); dessa articulação resulta o saber criticamente reelaborado". (LIBÂNEO, 1984: 32).*

Na pedagogia dos conteúdos, a escola é valorizada como instrumento de apropriação do saber, podendo contribuir para eliminar a seletividade social tornando-se mais democrática.

A escola deve garantir a todos um bom ensino, onde o conteúdo é fundamental, mas é passado de acordo com a realidade do aluno.

Dentre os modismos que assolam a educação em nossos dias, está a teoria construtivista.

O construtivismo, teoria desenvolvida pelo filósofo suíço Jean Piaget e adaptada para a alfabetização pela psicóloga argentina Emília Ferreiro, para ser colocado em prática, exige que o profissional esteja preparado para mudanças.

Para FERREIRO é :

*"(...) romper com os métodos tradicionais de ensino, que não respeitam o saber das crianças e a sua forma natural de aprender a linguagem escrita." (FERREIRO, 1989: 17)*

Na teoria construtivista, o conhecimento é construído a partir da interação da criança com o meio ambiente. Os conceitos e atividades também são diferentes da concepção tradicional:

1º - A cartilha é abolida. Usam-se textos de jornais e revistas. O primeiro trabalho da criança é com seu nome.

2º - Não há turmas fracas e fortes. Os alunos trabalham juntos, em grupos.

3º - O professor não é dono do saber, mas um orientador.

4º - É permitido colar. A cola é construtiva.

5º - A criança aprende se divertindo com jogos de letras e números.

6º - Aproveita-se o conhecimento que a criança já tem.

7º - Respeita-se o tempo que cada aluno precisa para aprender e cada professor para assimilar o novo método.

Se conceitos e atividades são mudados, é preciso mudar também o processo de avaliação.

A avaliação a serviço das pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos métodos de ultrapassagem do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social está a exigir a participação democrática de todos. Igualdade só se conquista em sintonia com a autonomia e reciprocidade de relações.

As correntes educacionais, procurando se adequar à necessidade do momento, nos proporcionam os mais variados conceitos de avaliação.

Na teoria tradicional, avaliação é a constatação da correta reprodução, pelo aluno, do que foi transmitido em sala de aula pelo professor, através de provas escritas e orais.

Na teoria escolanovista, avaliação é a verificação do desenvolvimento dos processos mentais e habilidades cognitivas. O processo de aquisição do saber é mais importante do que o saber propriamente dito.

Na teoria tecnicista, avaliação é a verificação dos comportamentos finais procurando alcançar os objetivos pré-estabelecidos traduzidos em desempenhos observáveis e mensuráveis.

Na teoria progressista, avaliação é uma prática coletiva que exige a consciência crítica e responsável de todos na problematização das situações.

Os significados do termo avaliação podem ser abordados sob diversos aspectos:

*a) Avaliação como sinônimo de mensuração; técnicas oferecendo sólida base de fidedignidade e objetividade. A desvantagem é que estas técnicas não atingem outras variáveis que implicam apreciações e julgamentos mais informais. (FERREIRO, 1989: 12)*

*b) Avaliação como congruência - vai determinar a congruência entre "performance" e objetivos, especialmente, comportamentais. (GIORDANI, 1987: 17)*

*c) Avaliação é um juízo de valor sobre dados relevantes objetivando uma tomada de decisão. Um juízo de valor, se busca apenas nas propriedades físicas do objeto frente a uma finalidade, estabelecendo, o valor do uso. (LUCKESI, 1984: 50)*

Tanto o valor do uso, quanto o valor do objeto, exigem um padrão ideal de julgamento pré-estabelecido.

Em ambos os casos, o produto da avaliação educacional deve ser julgado face às expectativas dos fins a serem atingidos. Ainda HOFFMANN diz que:

*“Avaliação é acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno. Não é uma ação de julgamento.”*  
(HOFFMANN, 1992: 13)

É necessário que os educadores não se deixem levar pelas aparências de um processo autoritarista de avaliação, mas procurem conhecer se os processos que estão sendo utilizados conduzem ou não ao atendimento dos objetivos e finalidades da educação.

A escola atual precisa urgentemente deixar de considerar a avaliação como julgamento pré-estabelecido para adotar uma postura de ação e reflexão.

## **1.2. Tipos de avaliação**

### *1.2.1. A avaliação diagnóstica*

Os processos que privilegiam a autocrítica, a participação e o envolvimento com ações reais e de vida dos alunos, estão implícitas na avaliação diagnóstica.

Trata-se de uma avaliação que possibilita ao educador e educando detectarem, ao longo do processo de aprendizagem, suas falhas, desvios, dificuldades, diferenças, a tempo de redirecionarem os meios, os recursos, as estratégias e procedimentos na direção desejada.

O recurso da avaliação diagnóstica permite segurança na caminhada pedagógica de forma que permaneçam garantidos os interesses, os direitos das pessoas e das instituições.

A avaliação, assim concebida, constitui um marcador pedagógico que permite a recuperação acontecer, ao mesmo tempo em que as falhas são detectadas.

### *1.2.2. A avaliação formativa*

A avaliação de continuidade ou formativa é que deve desenvolver-se durante o processo ensino-aprendizagem e de maneira continuada. Deveria ser mesmo uma atitude professoral a de movimentar continuamente, durante o processo de ensino.

A avaliação de continuidade consiste em ensinar, verificar, avaliar e retificar imediatamente, sempre que necessário. Esta atitude professoral

diminuiria de muito as defasagens de aprendizagem do educando, diminuindo em muito as reprovações.

A avaliação consiste em uma constatação do que foi obtido após um período do ensino. Presta-se para constatação do que foi aprendido, após a realização de uma tarefa, de uma aula, do estudo de uma unidade, grupo de unidades ou de um programa.

A avaliação pode sugerir duas atitudes bem definidas: uma, com relação ao ensino fundamental, e outra, com relação ao ensino médio e superior.

A avaliação no ensino fundamental deve ser *compreensiva*, isto é, efetivar-se com a intenção de dar-se por satisfeito, sejam quais forem os resultados, desde que o educando tenha produzido o mais que possa, em função de suas reais possibilidades, em direção a uma promoção ou término de curso.

A avaliação no ensino médio e superior, no entanto, deve estabelecer, objetiva e realisticamente, padrões mínimos em conhecimento, desempenho e formação, quanto à promoção ou término de curso. Isto se explica porque os educandos formados nesses graus de ensino terão responsabilidades sociais definidas, em função das atividades profissionais que irão exercer.

A avaliação da aprendizagem deve ser contínua, em todos os níveis, para que se efetive constantemente: *ensino, verificação, avaliação e retificação*.

Um educando, quanto ao seu desempenho como estudante, pode ser encarado, em uma atividade, área de estudo ou disciplina ou mesmo em todas elas:

- a) individualmente, relacionando o seu rendimento com as suas aptidões, aspirações e condições sociais;*
- b) em grupo, relacionando com a sua classe, a fim de ser localizado entre os educandos fracos, médios ou fortes.*

Esta avaliação de acompanhamento deveria ser sempre levada a efeito, após o término de um período significativo de estudos ou de um curso, para saber-se como o educando está se adaptando a estudos posteriores ou ao exercício de atividades sociais, como profissional.

Esta modalidade de avaliação forneceria dados de suma importância e que permitiriam levar a efeito reformas de currículos, de conteúdo e de metodologia de ensino, a fim de tornar a fase de estudos mais proveitosa para o educando e para a sociedade.

Coerentemente à concepção de conteúdos e aos objetivos propostos, a avaliação deve considerar o desenvolvimento das capacidades dos alunos com relação à aprendizagem de conceitos, de procedimentos e de atitudes.

Tradicionalmente, a avaliação restringe-se à verificação da aquisição de conceitos pelos alunos, através de questionários nos quais grande parte das questões exige definições de significados.

Pergunta-se: “O que é...?”. Perguntas desse tipo são bastante inadequadas a alunos dos três primeiros ciclos do ensino fundamental, pois não lhes é possível elaborar respostas com o grau de generalização requerido. A essas perguntas acabam respondendo com exemplos: “Por exemplo, ...”.

Diante dessa situação, as ocorrências mais frequentes são: o professor aceita os exemplos como definição, transmitindo para o aluno a noção de que exemplificar é definir, ou considera errada a resposta, entendendo que o aluno não conseguiu aprender.

Nos dois casos, a intervenção do professor comprometeu a aprendizagem, pois em nenhum deles considerou que a inadequação era da pergunta e não da resposta.

Outros tipos bastante frequentes de perguntas são as que solicitam respostas extraídas diretamente dos livros-texto ou das lições ditas pelo professor.

O fato de os alunos responderem de acordo com o texto não significa que tenham compreendido o conceito em questão.

A avaliação da aquisição dos conteúdos pode ser efetivamente realizada ao se solicitar ao aluno que interprete situações determinadas, cujo entendimento demanda os conceitos que estão sendo aprendidos, ou seja, que interprete uma história, uma figura, um texto ou trecho de texto, um problema ou um experimento.

São situações semelhantes, mas não iguais àquelas vivenciadas anteriormente no decorrer dos estudos.

São situações que também induzem a realizar comparações, estabelecer relações, proceder determinadas formas de registro, entre outros procedimentos que desenvolveu no curso de sua aprendizagem. Desta forma, tanto a evolução conceitual quanto a aprendizagem de procedimentos e atitudes estão sendo avaliadas.

É necessário que a proposta de interpretação ocorra em suficiente número de vezes para que o professor possa detectar se os alunos já elaboraram os conceitos e procedimentos em estudo, se

estão em processo de aquisição, ou se ainda expressam apenas conhecimentos prévios.

Note-se que este tipo de avaliação não constitui uma atividade desvinculada do processo de ensino / aprendizagem, sendo, antes, mais um momento desse mesmo processo.

Se se considerar oportuno superar o ensino “ponto-questionário”, não apenas os métodos de ensino precisam ser revistos, mas, de modo coerente, os meios e a concepção de avaliação.

O erro faz parte do processo de aprendizagem e pode estar expresso em registros, respostas, argumentações e formulações incompletas do aluno.

O erro precisa ser tratado não como incapacidade de aprender, mas como elemento que sinaliza para o professor a compreensão efetiva do aluno, servindo, então, para reorientar a prática pedagógica e fazer com que avance na construção de seu conhecimento.

O erro é um elemento que permite ao aluno entrar em contato com seu próprio processo de aprendizagem, perceber que há diferenças entre o senso comum e os conceitos científicos e que é necessário saber aplicar diferentes domínios de idéias em diferentes situações.

#### *1.2.3. A avaliação quanto ao tipo de provas*

A avaliação da aprendizagem pode ser levada a efeito através de provas orais, escritas e práticas ou prático-orais (ANEXO 1 – EXEMPLO DE AVALIAÇÃO ESCRITA)

É preciso não confundir exercícios de fixação com as provas de avaliação da aprendizagem. Os primeiros devem ser realizados durante ou após a apresentação de um assunto novo, para que seus elementos fundamentais venham a incorporar-se no todo de conhecimentos ou no todo comportamental do educando.

Esses exercícios devem ser corrigidos e comentados o mais depressa possível, para que seja orientada, o quanto antes, a retificação da aprendizagem, sempre que se fizer necessária. O ideal seria que esses exercícios, ao invés de *notas*, recebessem uma apreciação, ou se recebessem notas, que estas não influenciassem na média do mês.

As provas de avaliação da aprendizagem devem realizar-se após supor-se que um ou vários assuntos tenham sido aprendidos, após a sua *apresentação, elaboração, fixação e integração*. Então, sim, podemos realizar essas provas, que vão receber *notas* com a influência na promoção do aluno.

Um tipo de prova de avaliação aconselhado é o *progressivo*, que constaria, pelo menos, de questões de três níveis de dificuldades: mínimo, médio e forte. O nível mínimo consistiria de questões simples e imediatas do assunto examinado. Não saber essas questões equivaleria a nada saber sobre o assunto.

O nível médio seria formado de questões um pouco mais complexas ou de não tanta aplicação imediata. Já o nível forte poderia ser constituído de questões que requisessem maior conhecimento e mesmo maior capacidade de abstração e generalização.

É preciso ressaltar que, tanto na escola fundamental como média, a solução satisfatória das questões mínimas deve levar sempre à aprovação ou promoção, não à reprovação. Os dados resultantes da aprendizagem e constatados pela sua avaliação, chegando constantemente ao conhecimento do próprio educando, funcionam como reforços ou estímulos motivacionais, levando-o a melhorar o seu desempenho como estudante.

### **1.3. Problemas referentes à avaliação**

Os equívocos existentes entre educação e avaliação têm tornado cada vez mais difícil a tarefa de avaliar.

Na vivência do dia-a-dia do sistema educacional, pode-se detectar, através de dados conseguidos em entrevistas com os pais, alunos, profissionais de educação, reuniões pedagógicas, conselhos de classes, pesquisas, grandes e sérios problemas que tornam cada vez maior a dicotomia existente entre educação e avaliação.

Dentre eles destacam-se:

- a) falta de conscientização para o real significado da avaliação da aprendizagem;*
- b) despreparo do professor para adequar o ensino às condições sócio-econômicas e culturais do aluno;*
- c) importação de modelos avaliativos de outros países;*
- d) postura dos professores em relação à avaliação, tendo-a apenas como elemento disciplinador e controlador da aprendizagem;*
- e) avaliação como um processo isolado ou independente e não relacionada ao processo ensino-aprendizagem que tem início com o próprio planejamento;*
- f) incoerência do sistema atual de avaliação.*

#### **1.4. Avaliação e educação**

Não existe educação de ontem, de hoje, antiga ou atual. Educação é mudança contínua de comportamento e mentalidade, adaptados à realidade do momento; portanto, não existe educação imposta. Existe sim, uma necessidade urgente de acreditar e investir no indivíduo através da educação, mas, para que isto venha a acontecer, há necessidade de se adotar novas posturas em relação ao atual sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Há necessidade permanente de que as forças repensem os seus papéis, superem o jogo “sujo” de se desculparem pela deficiência da educação e caminhem juntas em busca de uma nova concepção de avaliação onde a criança, o jovem e o adulto são sujeitos de seu próprio desenvolvimento, dentro do contexto de sua realidade social e política.

##### *1.4.1. Avaliação, para Freire*

Nas novas correntes pedagógicas, os métodos de ensino sofreram profundas mudanças.

A alfabetização deixou de ser apenas aprendizagem de nomes científicos para ser construção do conhecimento e o educando também passa de sujeito passivo a agente de sua aprendizagem.

O educando deixa de ser o sujeito da aprendizagem apenas como receptor de conhecimentos de outros, para ser o sujeito que produz ou constrói o seu próprio saber, dentro de sua realidade.

Ainda FREIRE:

*“(...) o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa.” (FREIRE, 1983: 78)*

O educador deixa de ser o dono do saber, o centro das atividades educacionais para também se educar, através do conhecimento e experiências do educando, enquanto educa.

O educador também passa a ser o facilitador da aprendizagem de seus alunos. O que é facilitar a aprendizagem?

RABELO diz que é:

*“Liberar a curiosidade; permitir interesses; desenvolver o sentido de indagação; abrir o caminho até a pergunta e a exploração, reconhecer que tudo está em processo de mudança.” (RABELO, 1992: 48).*

Um professor facilitador da aprendizagem é aquele que estimula o pensamento crítico, a participação ativa com absoluta liberdade para experimentar, manipular, perguntar, raciocinar, discutir e opinar. É aquele que incentiva e estimula a curiosidade e o desenvolvimento do pensamento reflexivo.

Embora sabendo que os alunos são sujeitos ativos de sua própria aprendizagem e que o conhecimento não se constrói de fora, mas sim, que é construído a partir de dentro, pelo próprio aluno, no entanto a avaliação do processo de aprendizagem ainda continua nos moldes tradicionais de hierarquia de habilidades.

Muitos professores ainda acreditam que o ensino deva ser realizado com base em nomes e regras, por exemplo, sem relacioná-los ao contexto do aluno.

Se a aprendizagem ainda gira em torno desta crença, é claro que a avaliação ainda é centrada no resultado final que o aluno alcança.

A avaliação torna-se um segmento isolado do processo de aprendizagem, com seus momentos especiais que, geralmente, acontecem na última etapa do processo, quando é avaliado o produto final - o resultado, e não o processo.

Neste caso, não se leva em conta os elementos significativos do processo. Não se leva em conta o educando com seus interesses, experiências e necessidades e nem seu ritmo de aprendizagem. Avalia-se o concreto em seus aspectos formais, mecânicos e secundários.

Com este tipo de avaliação o processo ativo fica empobrecido, reduzido à repetição mecânica de uma série de nomes, sem significado para o aluno.

O professor precisa urgentemente assumir uma nova postura de avaliação, promovendo a auto-avaliação, em lugar de corrigir, de modo autoritário.

Deve usar a avaliação quando observa seus alunos utilizando a experimentação, quando falam e escrevem, levando em conta as suas experiências, interesses e necessidades, respeitando o que cada um construiu.

É necessário que a avaliação seja feita individualmente, valorizando o processo que cada aluno usa para aprender e depois os resultados obtidos.

A avaliação deve ser uma atividade contínua e permanente, durante todo o processo de aprendizagem.

Deve-se desenvolver num clima de confiança e segurança, eliminando os fantasmas do medo e do autoritarismo.

Infelizmente, os alfabetizadores de nosso país não estão preparados para esta mudança porque não têm formação específica.

*(...) O Brasil é um dos poucos países do mundo que ainda forma professores de ensino básico a nível de 2º grau. Além disso, essa formação foi inteiramente desfigurada pela Reforma do Ensino de 1º e 2º graus que acabou com a Escola Normal. A política expressa no nível de formação da professora alfabetizadora, nos currículos e programas da formação do professor é uma calamidade. (SOARES, 1987: 8)*

Quando se conhecem os currículos e práticas de ensino inadequadas dos cursos de magistério, é difícil culpar ou exigir que os professores façam mais do que já fazem.

Ainda CAGLIARI:

*(...) É necessário que os órgãos responsáveis pela Educação tenham assessorias técnicas lingüísticas para auxiliar de fato o professor, dando-lhe o suporte técnico-científico que as escolas de formação abandonaram por conteúdos vazios. O professor que vai ensinar a ler e escrever estuda tudo nessas escolas, exceto o Português que deverá ensinar. As universidades não formam adequadamente os professores das escolas de formação de alfabetizadores. (CAGLIARI, 1992: 186)*

Precisamos urgentemente lutar para termos uma educação de qualidade, onde a formação de professores assuma um papel prioritário.

Chega de reformar, emendar os educadores. Eles precisam receber uma formação específica e precisam também ser valorizados, para que possam desempenhar de forma digna e correta o seu papel na formação do aluno brasileiro.

Para que isto aconteça é preciso reformar os órgãos encarregados da Educação em nosso país. Precisamos de cidadãos conscientes que, verdadeiramente, acreditem e lutem pela Educação, como o único caminho para salvar o nosso país da pobreza, da fome, da desmoralização e do analfabetismo.

#### 1.4.2. Avaliação e mudança

Sabe-se que o fracasso na nossa realidade escolar está intimamente relacionado com o sistema de avaliação.

Após incessantes estudos sobre evasão, repetência, baixo rendimento escolar, desinteresse do aluno pela escola, realizados por profissionais comprometidos com a educação de nosso país, o sistema de avaliação é apontado como o grande responsável pela maioria deles e se reconhece que muito pouco tem sido feito para transformar e modificar este sistema no processo ensino-aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem ainda continua exercendo um papel antidemocrático no processo educativo e não tem garantido a permanência do aluno na escola e nem a sua promoção qualitativa.

O processo ainda usa a avaliação como instrumento controlador, apesar de não desconhecer que ela existe para garantir a qualidade da aprendizagem do educando.

Infelizmente, existe uma grande contradição entre a teoria e a prática da avaliação por uma grande maioria de educadores, que, mesmo reconhecendo a monstruosidade e a criminalidade do nosso sistema de avaliação, ainda o adotam.

Os professores, na sua tarefa de educar e avaliar, não se dão conta das causas sociais que determinam os resultados de sua ação pedagógica.

Usam a avaliação para selecionar e classificar alunos, aprovando-os ou reprovando-os e condenando-os a repetir, por anos e anos, conteúdos que não lhe dizem nada e que estão totalmente desvinculados de sua realidade e de seus interesses.

Era urgente a necessidade de uma mudança e a avaliação precisava ganhar uma nova dimensão na escola.

Para HOFFMANN:

*(...) É urgente encaminhar a avaliação, a partir da efetiva relação professor e aluno, em benefício a educadores do nosso país, contrapondo-se à concepção sentenciosa, grande responsável pelo processo de eliminação de crianças e jovens da escola. (HOFFMANN, 1992: 42)*

O professor precisa deixar sua postura autoritária e usar a avaliação como um instrumento que lhe permita obter informações úteis sobre cada aluno, valorizando seus sucessos, ajudando-o a superar seus insucessos e garantindo a sua permanência na escola.

### *1.4.3. Avaliação e fracasso escolar*

É grande a preocupação de todos os elementos envolvidos e comprometidos com a prática educacional, principalmente, com as questões referentes ao fracasso escolar associado ao nosso falho sistema de ensino.

A escola pública que aí está vem reproduzindo o modelo ideológico da sociedade capitalista, a serviço da classe dominante; o conhecimento que ela tem oferecido expulsa e discrimina os alunos, até mesmo quanto às técnicas e processos de aprendizagem.

Pais, professores, alunos vivem jogando a culpa do fracasso escolar uns nos outros, sem conseguir ver que o problema engloba uma série de aspectos que estão interligados entre si e que se unem a outros mais complexos, dificultando a solução.

Estas constatações têm levado os educadores comprometidos com o ato de educar a buscar mudanças no sistema através de seus currículos, da seleção de conteúdos e atividades, de suas metodologias de ensino e seus objetivos, procurando encontrar respostas e soluções.

Surge a certeza de que o fracasso de nossa realidade escolar está relacionado com o sistema educacional, sendo a avaliação um de seus maiores entraves.

Infelizmente, apesar de tantos questionamentos, a avaliação ainda continua a ser mais uma arma para assegurar a autoridade do professor e expulsar o aluno da escola. A avaliação precisa alcançar uma nova postura no processo de ensino-aprendizagem. Precisa deixar de ser um patrimônio exclusivo do professor, que a usa como se apontasse uma arma que aprova ou reprova. Quando ele aprova, dá ao aluno confiança e aposta na continuidade de seu ensino-aprendizagem mas, quando reprova, ele nega e apaga tudo o que o aluno construiu. Reprova sua fome, sua linguagem, seu raciocínio.

*“O recado que a reprovação dá para a criança é mais ou menos o seguinte: batalhe de novo, se esforce mais e mais, e quem sabe novamente você estará condenada ao fracasso.”*  
(KRAMER, 1993: 6)

É impossível que ela desconheça a realidade de seu educando: sua pobreza, sua fome, sua linguagem, tipo de raciocínio, seus valores culturais.

É impossível que ela não se conscientize de que, quando reprova, coloca o aluno para fora da escola e que as altas taxas de evasão e reprovação evidenciam a deterioração do ensino.

A escola, um dos aparelhos ideológicos do estado, não tem cumprido seu papel. Na história da educação brasileira constatamos que as várias mudanças, “crenças” idealizadas faliram porque sempre serviram aos interesses da burguesia capitalista e não aos reais interesses das classes trabalhadoras.

Preocupada em servir aos interesses econômicos e sociais das classes dominantes, a escola não está adaptada ao meio e constitui um sistema fechado e inadequado à vida.

*“(...) as escolas dispensam mais e mais energias diversas preparando os escolares para um mundo que já não existe.”*  
(LIMA, 1982: 14)

Os alunos estão sendo educados para viver em um mundo que não existe mais e a escola continua atendendo ao objetivo da classe dominante, que é formar cidadãos submissos aos seus interesses, semi-analfabetos e desqualificados, que garantam uma mão-de-obra barata. E o Estado, visando seus próprios interesses, não se preocupa que a escola esteja formando cidadãos que não sabem nem lutar por seus interesses e direitos.

*“Temos criado, neste país, uma geração-tartaruga, uma geração medrosa, recolhida para dentro de si. E estamos todos impregnados por esse espírito de tartaruga. Não temos coragem para contestar nossos dirigentes, para nos opor às suas propostas e criar soluções alternativas. Agimos apenas de maneira reativa, negativa, covarde.”* (RODRIGUES, 1984: 111)

Seria ingênuo que a burguesia, seus gestores e pedagogos implementassem um projeto educativo diferente, onde todos tivessem acesso a uma escola que proporcionasse uma educação de acordo com a necessidade e dentro da realidade de seus alunos.

Ainda que o governo propague que Educação é prioridade do Estado e que lugar de criança é na escola, muitas crianças estão fora da escola porque não encontraram vagas, ou porque foram expulsas por não atenderem ao ideal do aluno desejado pelo sistema.

Muitos alunos não conseguem terminar sequer o ensino fundamental. Quando consideramos a matrícula nas séries iniciais e a comparamos com as últimas séries, com o ensino médio e com a grande procura dos cursos de suplência, alunos que foram expulsos da escola regular, vemos que a porcentagem é infinitamente menor, sendo que os poucos alunos que galgam estas dificuldades ainda encontram uma forte barreira ao ingressarem nas universidades - o vestibular.

Faz-se necessário um conhecimento rigoroso da realidade da escola que temos hoje, para combatê-la e para reinventar uma escola que atenda às necessidades das classes populares, que constituem a grande maioria do povo brasileiro.

Atualmente, vemos que a conscientização de alguns profissionais da educação, num momento de reorganização de forças, que repensam sua função educativa no sentido de mudança no setor educacional.

A escola vem, a passos lentos, procurando abandonar velhos conceitos pedagógicos, modelos superados de avaliação, postura tradicional, conteúdos ultrapassados, para combater o grande índice de evasão e repetência.

É preciso conhecer a realidade da escola e do aluno para construirmos uma escola ideal.

Uma escola ideal será possível quando o interesse social, político e econômico estiver voltado realmente para o povo; quando o governo e a sociedade valorizarem o profissional da educação e o aluno passar a ser a engrenagem vital do processo pedagógico, numa pedagogia criativa e libertária que fará com que o aluno retome o aspecto agradável da escola.

#### *1.4.4. Avaliação X Sistema*

O processo de avaliação deve ser reavaliado para respeitar a individualidade do aluno. Ela deve ser um instrumento que estimule o aluno a desenvolver-se integralmente e a superar suas dificuldades e fracassos.

Deve deixar de ser um instrumento controlador e punitivo usado pelos profissionais da educação para discriminar e expulsar o aluno da escola.

É necessário transformar a avaliação usada como arma, como poder arbitrário de classificação para um instrumento de formação.

*“(...) pois, se a avaliação continuar sendo utilizada de forma classificatória, como tem sido até hoje, não viabiliza uma to-*

*mada de decisão em função da construção dos resultados esperados.” (LUCKESI, 1990: 32)*

A escola não pode usar a avaliação de forma classificatória como tem usado, expulsando as crianças, que saem levando a marca da humilhação e fracasso e se convencem que não tiveram sucesso, porque são menos inteligentes e menos capazes do que os outros.

Não estamos querendo acabar com a avaliação, mas transformá-la em instrumento de diagnóstico para o professor, para o aluno e para a escola.

Não é só o professor quem avalia, mas todos os que se encontram envolvidos no processo ensino-aprendizagem estão constantemente sendo avaliados, enquanto avaliam, usando o diálogo e a reflexão.

*“Isto é, o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem. (...) Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade.” (FREIRE, 1983: 23)*

A ação avaliativa precisa exercer uma função dialógica e interativa, para promover o desenvolvimento do educando, tornando-o mais crítico, participativo e inserido no seu contexto social.

*“(...) a obra de arte do educador não será jamais fabricar o educando, o discípulo, o assecla, mas motivar magicamente as capacidades do educando, para que ele também seja educado.” (GADOTTI, 1991: 30)*

Torna-se necessário realizar a avaliação participativa. Avaliar não é dar nota pela participação, mas avaliar a participação e estimular o aluno a assumir um compromisso com seu próprio crescimento.

Na avaliação participativa é necessário que professores e alunos estejam preparados e, para isso, precisam contar com os especialistas de educação. Todos devem agir de maneira justa, coerente, ponderada e franca.

A avaliação prevista através da Lei número 5.692/71, determina, que:

1º - “Na avaliação do aproveitamento a ser expressa em notas ou menções, preponderam os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.”

Na avaliação do aproveitamento é preciso haver preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Avaliar qualitativamente não é tarefa muito fácil. O professor deve criar situações que levem em conta os conhecimentos e sua auto-avaliação. Agindo assim a avaliação estará cumprindo o seu papel de ensino-aprendizagem.

Ainda GADOTTI:

*“Mas que horizontes, na escola, seriam acessíveis a uma avaliação qualitativa? Alguns poderiam ser:*

*- ação formativa dos professores, para além da ação informativa, porque nela se decide a qualidade da cidadania que se constrói;*

*- convivência participativa dos alunos, para se perceber até que ponto são meros objetos da burocracia do ensino, chamados a escutar, a obedecer, a se comportar disciplinadamente e até que ponto são atores de seu destino e para tanto recebem da escola o devido apoio;*

*- adequação do material didático, até que ponto ajuda a construir no aluno o sentido de sujeito do próprio desenvolvimento;*

*- capacidade do professor, demonstrada também nas condições da prática de sua própria cidadania: até que ponto possuem capacidade crítica entre escola e comunidade, na condição de espaço privilegiado de discussão, formação e crítica da cidadania popular.” (GADOTTI, 1991: 30)*

Os cinco horizontes citados por GADOTTI (1991) são apenas algumas das metas para uma avaliação qualitativa que, para ser colocada em prática, exige preparo e mudança de postura não só dos profissionais de educação, mas também da própria escola, todas a longo prazo.

É longo e difícil o caminho que o professor tem que percorrer para alcançar o horizonte da formação. Para que isso aconteça é necessário realizar um trabalho integrado com alunos, pais, professores, especialistas, para obter um relacionamento mais profundo e seguro, onde todos se avaliam num clima de diálogo e reflexão.

*“Precisamos chegar à auto-avaliação através da qual o processo participativo não só se avalia, mas também se forma.*

*Vale igualmente o reverso: a dificuldade do aluno de se auto-avaliar ou a ignorância e alienação em torno da questão, ou mesmo a resistência declarada frente ao desafio são indicações de que os alunos são lapidados como objeto, para serem objetos.” (CECCON, 1982: 30)*

A escola precisa de uma profunda revisão pedagógica com práticas educacionais mais democráticas, estimulando o diálogo professor-aluno, escola-comunidade, permitindo que todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem cheguem à auto-avaliação. Somente com a adoção de uma nova postura a escola eliminará totalmente o nosso falido sistema de avaliação.

#### *1.4.5. Currículos X Realidade*

Através do seu próprio funcionamento a escola seleciona e elimina. Ela está totalmente divorciada do dia-a-dia. As crianças são treinadas a escutar, ficarem sentadas e esquecerem de todas as suas experiências de vida.

Há papéis rigidamente determinados. As matérias não têm ligação entre si. A linguagem é difícil e rebuscada e nada tem a ver com a usada pelo aluno. A criança é corrigida na sua maneira de falar, de pensar e agir.

A escola transmite conteúdos alienantes que estão desvinculados do presente e da realidade em que vive o aluno, segundo LIMA (1982).

Em seu livro “Mutações em Educação segundo McLuhan”, LIMA (1982) fala sobre a prática de conteúdos irrealis e há uma ilustração muito interessante que apresenta um professor enchendo a criança de conhecimento e, quando ele acaba de ditar o seu saber, a criança vira o outro ouvido e deixa cair todos os conhecimentos do professor, porque eles não eram do seu interesse.

E é justamente assim que a escola vem agindo. Passa valores que não são explicitados e que não são compreendidos nem pelos profissionais da escola, dado que eles não sabem em que modelo de homem e sociedade inspiram seu trabalho pedagógico.

A escola precisa respeitar as diferenças individuais de seus alunos, seus conteúdos, seu sistema de avaliação, identificando os conteúdos que o aluno já dispõe para saber de onde partir e aí definir os conteúdos necessários para ele se situar melhor no mundo em que vive.

*“É necessário reter o mais possível uma criança na escola, para que ela aprenda o que possa e até onde possa, nesses*

*anos. Ainda que seja pouco, ainda que nunca chegue ao nível de seus companheiros, isso sempre é melhor do que nada.”*  
(NIDELCOFF, 1992: 94)

Queremos dizer que é preciso que planifiquemos nosso trabalho e fixemos os níveis de exigência com tal propósito: retê-los a todos o maior tempo que a situação familiar permita. Buscar que cada um aprenda dentro de seu ritmo, com a convicção de que, salvo em caso muito excepcionais, nenhuma criança fracassaria se dispusesse de mais tempo, mais dedicação, mais atenção e afeto por parte do professor.

Quando a escola renovar sua prática educativa considerando o aluno como um todo, concorrem conhecimentos, habilidades e atitudes, e quando suas atividades sejam realizadas através de diálogo e reflexão, então será possível combater a evasão e a repetência e diminuir o fracasso escolar.

#### *1.4.6. Disciplina X Autoritarismo*

A escola ainda adota uma postura autoritária e repressiva onde os métodos de aprendizagem e de avaliação são fundamentados na disciplina.

A função da escola deixa de ser a de educar, mas de formar o aluno para obedecer, respeitar e ainda amar qualquer tipo de autoridade. Agindo assim, a escola conseguirá não apenas transformar seus alunos em seres obedientes, mas também em cidadãos alienados e pouco criativos, conformados com qualquer tipo de autoridade.

*“A disciplina não deve ser concebida como um conjunto de normas que o aluno deve obedecer, mas como algo mais profundo e mais amplo; a disciplina é aquela vivida pela comunidade educativa, e se expressa nas atitudes de seus membros, em suas motivações e no estilo de suas reações.”*  
(NIDELCOFF, 1992: 95)

A disciplina na escola não deve ser encarada como forma de manter a ordem; nem a indisciplina como caos ou desordem. E, mais sério ainda, é quando a escola usa a avaliação para melhorar sua disciplina utilizando-se, mais uma vez, de seu autoritarismo para desenvolver a submissão.

É a disciplina autoritária usada pela escola, como forma de dominação, que tem favorecido o fracasso escolar.

É preciso refletir com seriedade sobre este problema que, na maioria das vezes, é a resposta do aluno para a negação de sua experiência, a imposição de currículos e programas, de um sistema avaliativo que classifica o aluno, dando-lhe o título de fraco ou forte.

Não é mais possível impor disciplina, principalmente como forma de avaliação, mas é preciso que a disciplina seja questionada na escola de maneira colegiada, onde todos os segmentos envolvidos possam participar e opinar através do diálogo, camaradagem, afeto e respeito mútuo.

#### *1.4.7. O professor e a distorção da avaliação*

Quando discutimos o papel do sistema educacional como uma das grandes causas do fracasso escolar, não poderíamos deixar de falar do professor.

Falar do professor é um assunto muito delicado, mas o consideramos de suma necessidade quando relacionamos a avaliação da aprendizagem ao fracasso escolar.

O professor sempre foi um dos profissionais de educação mais falado e comentado por pedagogos e escritos e, sua postura é descrita como sábio, mestre, ator, salvador e até destruidor da aprendizagem.

Vejamos LIMA:

*“(...) Toda a máquina escolar é feita para garantir uma platéia (auditório) dócil ao professor, sem se indagar se o professor é um ator que mereça atenção. Qualquer ator adoraria dispor de uma máquina assim que, se não aplaude, pelo menos não vaia... (...) Todos aceitam facilmente, que todo professor (pai e mãe) seja normal e que os alunos que contra ele se rebelam sejam delinqüentes ... Os professores têm, pois, um auditório cativo, por mais repugnantes que sejam suas “aulas” para seus ouvintes.” (LIMA, 1982: 32)*

LIMA (1982) descreve o professor como um ator que, com sua postura autoritária usa a platéia apenas para transmitir um saber desvinculado da realidade e que foge totalmente aos interesses do público.

Já Arroyo:

*“É verdade que o profissional da escola sempre foi responsabilizado pelo fracasso escolar. Como é verdade que*

*dele se esperou o milagre de salvar a escola e os alunos do naufrágio de uma instituição jogada à deriva, nunca desejada politicamente. A imagem do professor-salvador de uma causa perdida faz parte do mito criado para uma escola falida porque não era querida.” (ARROYO, 1991: 43)*

A sociedade responsabiliza o profissional da educação por crimes que ele não comete sozinho e, muitas vezes, ele é a grande vítima de todo um sistema educacional desarticulado e falido.

ARROYO (1991) critica a imagem do professor-salvador, considerando-a mais um dos mitos que os gestores da educação em nosso país usam para esconder e proteger os verdadeiros culpados.

É preciso falar da participação do professor na distorção da avaliação, porque sabemos que ela acontece.

*“(...) num primeiro nível: dando destaque a ela, usando-a como instrumento de pressão, de controle do comportamento dos alunos; num nível mais sério: usando a avaliação como instrumento de discriminação social: para selecionar os alunos que têm capacidade.*

*Ocorre que a primeira forma de distorção só tem força em função da segunda, que é decisiva; se não houvesse re-provação, o professor não teria como pressionar o aluno com a nota... Portanto, a primeira forma de distorção é a ante-sala da segunda, que como sabemos tem sido sistematicamente utilizada pelos professores(...)” (VASCONCELOS, 1992: 8)*

Sabemos que esta distorção acontece quando o professor faz da avaliação um ato individual, competitivo, classificatório, burocrático, periódico, sentencioso, disciplinador. Acontece quando o professor não avalia o esforço do aluno e nem o conhecimento, aplicando provas complicadas que exigem apenas memorização.

O professor participa da distorção da avaliação por necessidade, para encobrir sua incapacidade quando quer passar para o educando uma proposta de trabalho não apropriada; por ingenuidade, quando não percebe a necessidade de mudança; por comodidade, achando que a mudança vai dar muito trabalho; por pressão, quando

## 2. A AVALIAÇÃO A SERVIÇO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

sente a necessidade de mudar, mas é pressionado pelos colegas e direção que temem o novo, o desconhecido; pela dicotomia entre teoria e prática, quando sua formação alienada e autoritária faz com que adie sempre esta mudança.

Felizmente, os educadores estão acordando para a necessidade de uma inovação na avaliação, mas, para que isso aconteça, é necessária a conscientização de que somente através da inovação do sistema avaliativo teremos uma escola mais justa e humana.

A prática da avaliação é um tema bastante complexo pelo seu comprometimento com os fins da educação.

No capítulo anterior, abordamos a avaliação numa amostragem realista de sua aplicação no sistema de ensino de nosso país, exercendo domínio e autoridade e favorecendo o fracasso escolar.

Surge então a necessidade de mudança, não através de emendas ou remendos, mas de uma revolução do sistema, abrangendo todos os seus segmentos e sua estrutura.

Precisamos colocar a avaliação a serviço do ensino-aprendizagem e, para isto, torna-se necessário redefinir currículos, programas, posturas e conceitos.

LUCKESI afirma que:

*“Mais importante do que ser uma oportunidade de aprendizagem significativa, a avaliação tem sido uma oportunidade de prova de resistência do aluno aos ataques dos professores. As notas são operadas como se nada tivessem a ver com a aprendizagem.” (LUCKESI, 1992: 86)*

A avaliação não pode mais ser vista como instrumento de coação, onde o professor usa o seu poder para destruir o aluno, mediante reprovação e corrompe todo um sistema que existe em função do aluno, visando a sua integração no meio e na sociedade.

É necessário encarar a avaliação como um processo de valorização de atividades humanas, que requer ação e reflexão.

Avaliar é um processo dentro do processo maior de ensino-aprendizagem, por isso não pode ser encarado como uma atividade neutra que acontece em épocas determinadas ou como a última etapa, pois é um processo contínuo e freqüente, que se realiza em todos os momentos da ação educativa.

Diz LORENZONI:

*“Não se pode fazer uma educação consistente se não houver um profundo relacionamento entre uma etapa de aprendizagem e a imediatamente seguinte, de modo que não haja diferenças do plano educacional, onde a criança pode fluir de uma etapa para outra sem pânico, sem tensões insuportáveis.”*  
(LORENZONI, 1989: 17)

A avaliação não é um processo isolado, independente e vago, mas possui uma estrita relação ensino-aprendizagem e tem início com o próprio planejamento de ensino.

Todos os profissionais de educação, todos os que ensinam, são comprometidos com a avaliação e precisam usar os dados obtidos através dela para realimentar o ensino e alcançar as modificações necessárias para reconstrução da escola brasileira.

O sentido que fundamenta a ação avaliativa é o momento, a transformação e, cabe a nós, profissionais da educação, tornar cada vez melhor a tarefa de avaliar.

Sabemos que só alcançaremos esta transformação quando superarmos as barreiras que envolvem educador e educando.

É preciso mudar posturas e adotar o diálogo como técnica diária e usual em nossas classes, compreendendo que através dele estabeleceremos relações, redefiniremos posições e atitudes e nos libertaremos de falsos conceitos e práticas autoritárias, que foram incorporadas à nossa formação, numa pedagogia tradicional.

Para FERREIRO:

*“A avaliação deve ser momento de questionar, de problematizar, de hipotetizar o que foi visto.”* (FERREIRO, 1989: 5)

É preciso acordar os nossos educadores para a reaprendizagem da avaliação. É hora de buscarmos juntos soluções para os nossos questionamentos e nos esquecermos de como aprendemos a avaliar e de como pecamos, avaliando.

É necessário olhar a avaliação numa perspectiva de pedagogia libertadora e abraçarmos a causa da avaliação, lutando pela transformação dos “métodos avaliativos” dentro do sistema de ensino-aprendizagem.

Para HOFFMANN, avaliação numa visão libertadora é:

- “- *Ação coletiva e consensual;*
- *Concepção investigativa, reflexiva;*
- *Proposição de conscientização das desigualdades sociais e culturais;*
- *Postura cooperativa entre os elementos da ação educativa;*
- *Consciência crítica e responsável de todos, sobre o cotidiano.*” (HOFFMANN, 1992: 113)

Os educadores precisam esquecer métodos, técnicas e receitas avaliativas que sempre estiveram contra os educandos e que formaram, durante anos e anos - e ainda continuam formando -, homens alienados, semi-analfabetos, incapazes de lutar por seus direitos.

RODRIGUES nos diz:

*“Precisamos assumir o desafio de educar o homem para desenvolver o instinto de águia. A águia é o animal que voa acima das montanhas, que desenvolve seus sentidos e habilidades, que aguça ouvidos, olhos e competência para ultrapassar os perigos, alçando vôo acima deles.”* (RODRIGUES, 1984: 110)

Somente através de uma revolução poderemos transformar tartarugas em águias.

Nossos alunos precisam alçar vôos mais e mais altos, acreditando na sua capacidade, no seu potencial, na qualidade de sua formação, que será aprimorada, no dia que o educador aprender junto ao educando, a se educar.

### **2.1. Professor é agente de mudança**

Não se pode culpar só o professor pelo insucesso da qualidade do ensino. Quando acreditamos que avaliação é tarefa de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, acreditamos também que este insucesso deva ser compartilhado.

Sabemos que renovação e mudança nunca foi o tema para os que pensavam em educação neste país, pois, na verdade, nunca quiseram mudar de fato a educação porque implicaria em mudança de mentalidade, de clareza, de raciocínio e discernimento entre o certo e o errado e assim deixaria de atender aos interesses pessoais e políticos daqueles que “cuidam” da educação.

Chegou a hora de desmascarar esta educação e transformar teorias bem maquiadas, que encobrem imperfeições e deficiências profundas, e assumir uma mudança real.

Após questionarmos tanto a avaliação como uma das maiores causas do fracasso desta educação, é preciso reaprender a avaliar.

Felizmente, os educadores comprometidos com a educação, já há algum tempo, buscam inovações e transformações na avaliação, acreditando em sua “recuperação”.

Como sujeitos da reconstrução deste processo, sabem que haverá muitas lutas, que encontrarão muitas barreiras para ampliar o seu universo e o universo de todos que fazem educação.

*“Cabe ao educador aprender com o educando qual é a sua realidade, obtendo assim os elementos básicos do processo de educação, de maneira que o educando possa então aprender com o educador, que dispõe de determinadas experiências que, colocadas a serviço do grupo, podem permitir adquirir o conhecimento de si mesmo e de sua realidade, o que antes não tinha (...) Paulo, ao redefinir o papel da educação, não elimina o papel de educador. Não se trata de manter a atitude paternalista, que decide de fora, define e transmite o conhecimento que considera necessário para a vida do grupo. Nem tampouco manter a concepção ilusória, idealizada, de que o povo sabe, de que o povo já detém um saber tão elaborado, tão acabado que possa prescindir da aquisição mais formal do conhecimento de coisas que estejam fora de sua vivência.”*  
(FREIRE, 1983: 31)

O professor é peça fundamental nesta mudança, desde que esteja inteiramente consciente da importância política de sua competência no ato de mudar. Não basta dominar os conteúdos da disciplina a ser ensinada, mas é preciso que seja capaz de orientar as ações pedagógicas, observando as necessidades, interesses e possibilidades dos alunos.

Cabe principalmente ao professor a tarefa de realizar esta mudança, pois ele, mais do que ninguém, compreende que nossos alunos estão totalmente carentes de saúde, de lazer, de educação, mas acima de tudo, de afeto, de compreensão e amor.

## **2.2. Processo avaliativo e esforço conjunto**

O adequado processo avaliativo é instrumento de diagnóstico para o professor, para o aluno e para a escola. A avaliação só acontece de fato quando há participação de todos, procurando detectar e superar suas falhas através de um reaprendizado mútuo, onde o ato de avaliar deixa de ser um fim, para ser um meio.

Estamos certos de que o Conselho de Classe bem conduzido é um dos momentos privilegiados da avaliação e num engajamento de idéias e ideais, professores, alunos, especialistas, diretores, família procuram a forma de reinventar a avaliação como uma ação transformadora da educação e da escola.

É necessário que o binômio escola-família seja revitalizado para que aconteça um processo de avaliação.

A família precisa inovar seu conceito de escola. Precisa compreender que existe escola porque existe aluno e, o maior objetivo da escola, é o sucesso do aluno.

A escola precisa deixar de ser um lugar apenas de buscar caderneta e reclamações, para ser um local de promover educação e de construir conhecimentos e relações, baseadas na troca de experiências, de interesses e de crescimento.

## **2.3. Avaliados e avaliadores**

Numa nova perspectiva de avaliação não existem avaliados e avaliadores, mas todos são avaliados enquanto avaliam.

Todos os envolvidos no processo de educar são envolvidos no processo de avaliar, pois um não tem significado sem o outro, mas ambos se integram na medida em que os profissionais de educação, comprometidos com o ato de educar, façam opção por um ensino transformador, onde se desenvolva a auto-avaliação e a auto-crítica.

Diz LUCKESI (1992) que a auto-avaliação não vai ser apenas aquela baseada em relatórios estruturados onde os alunos são orientados para responderem sobre o seu comportamento durante as aulas, trabalhos individuais e de grupo, ou sobre o seu interesse pelo assunto estudado.

A auto-avaliação do aluno deve proporcionar uma reflexão mais profunda, um momento de parada e de encontro do aluno com o objeto de conhecimento, uma análise das alterações ocorridas durante as interações existentes entre eles, sujeito da aprendizagem, e o novo saber.

Da mesma forma a auto-avaliação efetuada pelo professor é o momento de reflexão mais intensa, de encontro com as suas verdades, o

seu conhecimento e a realidade, caracterizada então pela sua prática com um determinado grupo de alunos. É o seu momento de questionamento, de desorganização e reorganização.

Não há necessidade de se instituir momentos formais para a realização de tais atividades. Elas devem se dar em meio às práticas do cotidiano da sala-de-aula, em momento que a especificidade da matéria, do grupo de alunos e do professor é que podem determinar.

Importante é que os resultados dessas auto-avaliações se tornem conscientes, que possam ser utilizados de alguma forma para reorientar ou não a rota, o caminho do processo de ensino-aprendizagem.

Sabe-se que a formação tradicional do professor ainda limita e inibe a relação da auto-avaliação, mas também sabe-se que ela é tão necessária como necessária é a renovação da avaliação.

A adoção da auto-avaliação é a superação de uma postura tradicional de avaliação e eliminação de temores, opressões e “ajuste de contas”. É a aquisição da participação e troca de experiências, no ato de avaliar.

Quando o aluno participa do seu processo de avaliação aumenta sua responsabilidade e seu comprometimento na tarefa de sua própria formação.

É polêmico e desafiante o tema avaliação, mas é inevitável a necessidade de sua inovação e mudança. Mudar é um ato que exige coragem, comprometimento, consciência do desafio. É um trabalho árduo e longo, mas nos dá a certeza e a esperança de uma educação mais justa e mais humana.

#### **2.4. Metodologias no ensino**

O emprego de múltiplas modalidades didáticas é fundamental para dinamizar as aulas e sobretudo motivar e facilitar a aprendizagem dos alunos.

Em geral, os professores dividem-se em dois grupos quanto à metodologia empregada: há os que são mais ligados ao ensino tradicional, caracterizado por aulas expositivas, e há os que são mais ligados ao ensino renovado, caracterizado pelo emprego do método científico combinado com aulas expositivas.

##### *2.4.1. Metodologia tradicional*

A metodologia tradicional caracteriza-se por aulas expositivas. Argumentos de ordem pedagógica podem até ser invocados para justificar o emprego desse tipo de aula em certos momentos de um curso: permite ao professor transmitir suas idéias, enfatizando o que considera

importante e impregnando o ensino com o entusiasmo que tem pela matéria.

O largo emprego da metodologia tradicional está ligado a dois fatores: é um processo econômico, pois permite a um só professor atender a um grande número de alunos, conferindo-lhe, ao mesmo tempo, segurança na direção da classe, que, em geral, não tem oportunidade de se manifestar.

Uma das desvantagens das aulas expositivas é justamente a passividade dos alunos, que gera uma série de inconvenientes. Entre outros, pequena retenção de informações porque há decréscimo de atenção dos alunos durante a aula.

Esse e outros inconvenientes das aulas expositivas geram a necessidade de encontrar formas de trabalho que permitam a manutenção de um alto nível de atenção dos alunos durante o período da aula. Ganhar a atenção dos alunos significa instigá-los intelectualmente e criar estímulos sensoriais pela variação na gesticulação, movimentação e voz e na exposição da matéria.

Uma aula expositiva, dada por um bom professor, pode ser uma experiência informativa divertida e estimulante e contribuir para a formação dos alunos.

Para isso acontecer, é necessário que as aulas sejam bem preparadas, não pretender dar mais conteúdo do que é possível no tempo disponível e estabelecer relações causais para os fatos apresentados.

#### 2.4.2. *Metodologia renovada*

A metodologia renovada é antagônica à metodologia tradicional. Enquanto esta se preocupa em transmitir conhecimentos existentes na mente do professor para a mente dos alunos, a outra se preocupa em colocar os alunos diante de situações problemáticas que, para serem resolvidas, requerem o uso de todos os recursos mentais.

O professor que ensina pela metodologia renovada:

- faz com que seus alunos discutam e troquem idéias para a interpretação de informações;

- evita o caráter dogmático das aulas puramente expositivas e a paralisação do raciocínio provocada pelas informações fornecidas prontas e acabadas;

- dá aulas práticas em que os alunos realmente investigam problemas, elaboram hipóteses, planejam e realizam experimentos, interpretam dados e tiram conclusões.

O aluno que participa de aulas dadas pela metodologia renovada:

- descobre que o estudo é mais do que simples memorização de conceitos e termos científicos transmitidos pelo professor ou encontrados em livros;

- verifica que o estudo é principalmente uma atividade mental, um desafio à imaginação e um trabalho em que raciocínio e criatividade são recompensados;

- desenvolve a capacidade de interpretar dados a partir de experimentos;

- passa a incorporar os conhecimentos, ou seja, faz uma aprendizagem real;

- quando solicitado por situações novas, é capaz de fazer uso do que aprendeu.

A metodologia renovada fundamenta-se no método científico, cujos passos ou etapas são do conhecimento do professor de Ciências: *a observação, elaborar hipóteses, experimentação, conclusão*, precedida ou não de uma discussão, alcançando-se, assim, uma descoberta científica.

#### **2.4.3. O livro didático no ensino**

O livro didático tem finalidade de ensino e não de guia inflexível que o professor deve seguir linha por linha, página por página. Para prestar um bom serviço ao professor, o livro didático a ser adotado deve passar por uma análise crítica e um julgamento feitos pelo próprio professor.

O texto adotado orienta a seleção de conteúdos e o modo de apresentar a matéria. Isso é natural e desejável, desde que o livro seja bom.

Ao abordar os conteúdos propostos pelo livro didático adotado, o professor, às vezes, pode viver situações embaraçosas ao se questionar sobre a validade e a importância de certos temas. Certa vez, um professor de Ciências dizia a um amigo:

*“Depois de dar o mesmo tema em três turmas de sexta série, veio-me à mente a pergunta: afinal de contas, que benefício faço a esses alunos ensinando-lhes Ciência? O tema de hoje era o ciclo reprodutivo dos musgos. Hoje, como nos anos passados, expliquei que a fase haplóide dos musgos deriva de um esporo e a fase diplóide, de um zigoto. Agora, diga-me uma coisa: suponha que os alunos não tenham entendido nada. Em que isso pode afetar a vida deles?”* (Professor de Ciências)

Esse tipo de indagação costuma ocorrer quando o professor não tem clareza sobre os objetivos que pretende atingir. Normalmente, um conteúdo, em si mesmo, não é ruim ou inadequado; ele só ganha essas atribuições quando o seu desenvolvimento não leva a alcançar os objetivos gerais e específicos do ensino para uma determinada série.

As discussões em classe são parte importante do curso de Ciências. Quando elas acontecem, devem ser congruentes com o texto que os alunos estudam. Assim, a qualidade do livro didático adotado vai interferir no desempenho do professor.

Nem sempre o professor e o livro se entendem. Alguns professores recusam-se a adotá-lo; outros citam um ou outro sem ênfase, deixando implícito que ninguém precisa comprá-lo; outros, ainda, exigem livro, mas não relacionam seu curso com ele.

Cursos sem livro podem ser válidos desde que centrados em discussões e investigações sobre temas de um currículo básico proposto pela escola ou por órgão oficial ligado à Secretaria de Educação. Todavia, em geral, as aulas, sem o uso de um livro, são de pura transmissão, e o caderno dos alunos passa a ser a única fonte de estudo com riscos de ocorrer deformação do conhecimento.

### **2.5. Momento de mudanças**

É o momento de organizar nossas idéias e reorganizar nossa prática educacional. É o momento de repensar a avaliação como um instrumento de diagnóstico para o professor, para o aluno e para a escola, lembrando que não é só o professor que avalia.

Todos estão constantemente avaliando de maneira sistemática ou assistemática e precisam tornar a avaliação um instrumento mais justo, mais abrangente e mais participativo.

Para que isto aconteça é preciso que os profissionais de educação reflitam sobre seus comportamentos, suas atitudes e o modo de se relacionarem. Professores, especialistas, diretores, precisam repensar este relacionamento. É preciso tornar a escola um local onde todos se respeitem, dialoguem e cresçam. Para isto é necessário que todos participem do processo de interação, de comprometimento e desejo de mudar.

*“O que é preciso é um agir criativo, bem humorado e amável do diretor e do professorado (...). O que importa é que a escola atraia o aluno e não deixe que ele lhe escape.” (NISKIER, 1989: 46)*

**3. A AVALIAÇÃO SOB  
O ENFOQUE DE  
10 (DEZ) PROFESSORES  
DE ESCOLAS DO  
RIO DE JANEIRO - RJ**

É preciso transformar nossa escola. Ela precisa atender às necessidades dos alunos, conhecer sua realidade, aceitar sua linguagem, seus costumes, crenças, valores, tradições, acompanhar o desenvolvimento tecnológico, cultural, político e social do país. Somente assim o educando atingirá a plenitude do seu eu, que é função da escola, e como diz o sistema, um cidadão consciente, auto-realizado e crítico.

Transformando a escola, também será transformado seu sistema de avaliação e a escola terá mais força para combater o fracasso escolar, a evasão e a repetência.

Segundo um professor, é fundamental, para a avaliação da aprendizagem em todos os níveis, o entendimento da atividade humana, da ação prática dos homens, o que pressupõe a análise do motivo e da finalidade dessa ação. As ações humanas não são atos isolados. São atos engendrados no conjunto das relações na escola e na sociedade como um todo.

As diferenças entre os alunos são reais e representam diferentes níveis de aprendizagem. No entanto, tais diferenças são moduladas pela contradição no seio da escola capitalista, uma vez que passam a ser uma explicação “científica” para a exclusão das camadas populares da escola, passando a ocultar uma razão de classe, enfatizou outra professora.

Numa sociedade que permite recuperar a real dimensão dessa diferença, tão essencial do ponto de vista de sua manutenção ou não na escola, todos convertem-se em alunos com direito ao ensino com padrão de qualidade unitário, apesar de suas dificuldades de aptidão.

As diferenças entre os alunos continuarão a existir, o que permitiria uma ação pedagógica diversificada, conforme um docente da E.E.P.S.G. “Aldeia de Barueri”. Para este professor, o nível de instrução obtido no sistema educacional continuará a variar na dependência de suas capacidades. No entanto, deixam de ocultar os interesses das classes capitalistas, pela inexistência das camadas populares no interior da escola.

Somente uma visão de totalidade dessas várias formas de avaliação/manutenção e suas conexões sociais podem mostrar as possibilidades abertas à luta pela manutenção de classes populares no interior da escola, como ensino de qualidade. Tal “esperança subjetiva”, no entanto, pode ser mediatizada pelo professor.

Seu compromisso de classe definirá esta proposta como uma “profecia auto-realizadora” ou como uma possibilidade aberta à luta, conclui o mencionado professor.

Quanto aos valores da avaliação no processo de ensino-aprendizagem, para uma outra professora, a problemática da avaliação de modo geral é um ponto delicado, e não somente em disciplinas novas ou isoladas.

No processo ensino-aprendizagem, conforme esta professora, não se trata somente do “avaliar”, mas a ação de avaliar leva em conta o produzir, o entender, compreender, desempenhar, aprender, reproduzir, projetar e outros.

Não se trata de uma exatidão a ponto de se montar algo já elaborado ou produzido, mas de um saber que pertence, ou melhor, que permite ao sujeito, além da visão do mundo e o conhecimento da realidade (consciência), a sua tomada de posição diante de si mesmo e do meio em que se vive. Neste sentido, como tratar a questão é simples e implica uma outra pergunta:

Qual a função da avaliação? Questionou-se este fato a um professor e ele responde que, em disciplina alguma se trabalha com o objeto e a finalidade isolados. Antes de se posicionar diante do como avaliar, é bom lembrar de que a finalidade da avaliação é a medição do conhecimento.

E como medir o conhecimento? Continua ele, respondendo que isto é que justificaria a busca para a solução do problema, porque cada disciplina tem uma forma própria de exigir a produção do conhecimento e a razão de avaliar está implícita na produção do conhecimento.

É neste sentido que se pode compreender a razão ou o resultado de uma proposta. O avaliar pode se desdobrar numa vazão teórica dos conhecimentos dados, ou seja, no que foi aproveitado sobre o assunto trabalhado.

Como obter esses resultados? Ora, uma vez que é importante o entendimento do processo, cabe ao educador articular as idéias de modo a produzir reações múltiplas e, a partir daí, buscar resultados concretos, tanto escritos (redação) quanto oral (discussão e debate). O fato ou resultado da questão não se aplica à disciplina, pois faz parte do seu contexto prático e do seu objeto de estudo.

Por outro lado, a questão do “porque” avaliar o processo ensino-aprendizagem, pode ter o seu sentido mais prático, isto devido à situação em que se encontra o trabalho a ser desenvolvido ou a finalidade do mesmo. Por que avaliar? Ou então, por que não avaliar?

De acordo com uma professora, avaliar pressupõe uma exigência: se se tem a necessidade de obter resultados, o porque avaliar vai estar relacionado simplesmente ao fato de um desenvolvimento em favor de uma cobrança ou objetivo, ou seja, avaliar, segundo a exigência, ou segundo o objetivo, ou até mesmo em razão de alguma coisa.

De uma maneira ou outra, ao se tratar de uma disciplina ou de uma função prática, a avaliação é feita automaticamente, isto é, retirar ou mesmo produzir onde não se aplica. Conseqüentemente, por que trabalhar qualquer disciplina sem preocupação com os seus resultados?

Como e porque avaliar poderia se aplicar a qualquer uma disciplina, mas se a questão é específica, fica outro problema: o que se quer ter numa disciplina em questão? Êxito? Formação? Visão crítica? Concepção de mundo?...Então, se compete avaliar os resultados, a disciplina apenas informa, não possuindo caráter formativo...

Uma outra professora quis falar um pouco sobre as técnicas de avaliação no processo de ensino-aprendizagem

De acordo com esta professora, primeiramente, é preciso ter em mente que a avaliação deve levar o aluno a refletir criticamente a realidade em que vive. É preciso que ele seja capaz de transformar a sua realidade. Deste modo, os métodos adequados usados pelos professores deverão ser: trabalhos em grupo, discussões, atividades que requeiram a participação ativa do aluno, leituras constantes para análises e interpretações de textos, debates, seminários e, conseqüentemente, dissertações.

Métodos como avaliações diagnósticas e prognósticas, avaliações do tipo "feed-back" são essenciais, em sua opinião.

Para usar tais métodos, porém, é necessário um trabalho gradual para que o processo de assimilação por parte dos alunos aconteça. O aluno deverá compreender o papel da avaliação enquanto prática de vida que procura extrapolar os acontecimentos aparentes, abrindo possibilidades de novos mundos e novas vidas.

O aluno deverá saber trabalhar em grupo, respeitar as opiniões dos outros e saber respeitar a si mesmo enquanto homem, potência e liberdade.

A função mais importante da avaliação é a reflexão que ela permite fazer, não como uma análise abstrata ou apenas um exercício intelectual.

Trata-se de um momento teórico importante, na educação escolar, para uma prática crítica do planejamento, da metodologia, da seleção de

conteúdos, dos recursos utilizados, enfim, do processo de ensino aprendizagem.

Nessa perspectiva, a avaliação é um instrumento de análise que permite verificar a proposta política e educacional, a sua concretização e o modo de encaminhá-la. Assim é possível repensar a prática de avaliação escolar sob outro ângulo.

No lugar de um ato individual, independente, autônomo, abstrato, pode assumir sua dimensão mais ampla, articulada com os projetos educacionais e vinculada a elementos que o aluno traz para a escola, sua experiência no mundo do trabalho, sua prática social e familiar. Isso porque a dimensão da ação educacional está muito mais nas relações que são estabelecidas, onde os conteúdos são apenas uma mediação. Os conteúdos são importantes à medida que possibilitam a concretização dessas relações.

Quando se começa a avaliar mais profundamente, faz-se uma descoberta: A avaliação escolar não é só avaliação! O problema central da avaliação é o seu uso como instrumento de discriminação e seleção social, na medida que assume, no âmbito da escola, a tarefa de separar os “aptos” dos “inaptos”, os “capazes” dos “incapazes”.

Além disso, cumpre o papel de legitimar o sistema dominante; junto aos “aptos”: convidando-os a fazer parte, a tomarem seus “justos” lugares; junto aos “inaptos”: impingindo-lhes a inculcação, a domesticação, convencendo-os de que são incapazes e por isso “merecem” o lugar que têm na sociedade.

O papel deste tipo de avaliação é lançar o convite a todos na sedução de se chegar na possível igualdade de oportunidades e convencer a quem “eventualmente” não chegar (ou seja, a maioria das pessoas) de que não se chegou por sua própria incompetência.

Qual então seria, conforme indagação desta professora, o papel da avaliação no projeto educativo nas escolas de Ensino Fundamental e Médio?

Parte-se do princípio de que a intenção, a motivação, o nível de cognição, os valores e a própria personalidade, bem como fatores ambientais, são exemplos de algumas variáveis que podem efetivamente afetar as atitudes da pessoa em um determinado contexto social. Deste modo, as avaliações precisam ser elaboradas a partir de perguntas como:

O que foi transmitido ao aluno?

Por que os alunos devem aprender esses conteúdos?

Qual a relevância desses conhecimentos para mim, para o aluno e para a sociedade?

O que o aluno precisa fazer para demonstrar que aprendeu?

Por que e para que ele precisa demonstrar?

O que ele precisa ainda aprender, tendo em vista o que já aprendeu?

O que mais eu preciso transmitir?

De que maneira eu posso melhorar o processo de aprendizagem?

Responder a estas perguntas é fundamental para se ter diretrizes na identificação de falhas, deficiências, potencialidades e acertos que aconteceram para que a melhoria da qualidade do ensino possa ser conquistada.

Para outro professor, a polêmica em torno da questão da avaliação encontra-se no uso que se fez dela ao longo da história, transformando-a em mecanismo de punição, de exclusão, de classificação puramente quantitativa, geradora de estigmas, de traumas, com conseqüências, às vezes, irreversíveis.

A avaliação tem de ser levada a efeito em termos bem visualizáveis do comportamento do educando, dos objetivos da educação, do currículo, das atividades e com base em situações de aprendizagem que conduzam a tais objetivos, bem como em instrumentos que possibilitem constatar as modificações comportamentais efetivadas por meio do processo ensino-aprendizagem.

É preciso ter em mente que a avaliação é um *processo* e não uma *atividade isolada* e, como tal, é *parte integrante do ensino*. Desta forma, o processo de avaliação não analisa os problemas isoladamente e sim num contexto, levando em conta os fatos e valores. Portanto, a realidade do aluno deverá ser analisada, por cada professor.

Que realidade é esta? A realidade social, a realidade econômica, a realidade étnica. E, por que não dizer, a realidade religiosa? É esta a avaliação qualitativa, global, tão necessária!

Tanto a escola de ensino fundamental como médio têm por fim o desenvolvimento e a formação de personalidade do educando. Não se pode ainda, nesses dois graus de ensino, falar em *níveis a serem atingidos*, mas em levar o educando a produzir o máximo nas diversas disciplinas ou campos de atividades escolares.

Esta é a tarefa dessas escolas: levar cada aluno a produzir o máximo, segundo as suas reais possibilidades, com exclusão, é claro, das disciplinas profissionalizantes.

Felizmente, segundo este professor, a maioria dos sistemas escolares brasileiros já admitem a promoção, não com base em exames, em dados quantitativos, mas na avaliação qualitativa do aluno, apreciado pelo seu trabalho global, realizado durante o ano letivo, nas diversas disciplinas do currículo, obtendo sua promoção para a série seguinte.

Com este procedimento, o educando será apreciado com relação a todas as atividades do currículo, o que ajudará o professor a traçar o seu perfil e possibilitará melhor ajuizar quanto às suas possíveis deficiências e pontos fortes, principalmente as deficiências prejudiciais à sua formação, a fim de que possam ser providenciadas medidas que melhor assistam a este educando.

Os professores de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e de 1ª a 3ª série do ensino médio das escolas cariocas sugeriram para que ocorra uma adequada avaliação:

1. Desenvolver na escola o currículo normal, conforme determinação oficial, sendo as modificações restritas às possibilidades cognitivas da criança e do adolescente, segundo descobertas científicas da psicologia e epistemologia.

2. Metodologia - Utilizar a metodologia descrita no item “Jean Piaget, o Método Psicogenético”, onde incluem-se tarefas individuais e em grupo. É dada prioridade às estruturas do pensamento, como por exemplo:

- Criação de texto (língua portuguesa): Os alunos trabalham aspectos da gramática por meio de criação de textos, redação, resumos, filmes, crítica e confecção de jornal.

- Lógica (matemática): Os alunos trabalham as operações lógicas fundamentais, sistemas e diferentes bases, linguagens de computadores, sistemas de medidas, operações básicas da matemática, partições etc.

3. Os currículos devem ser complementados e enriquecidos com laboratórios, pesquisas de campo, viagens etc.

4. Devem ser desenvolvidos projetos em torno dos quais os alunos organizem estudos e atividades.

5. As aulas de computação desenvolvidas na escola devem ser dirigidas a projetos e não a simples aquisição do método de desenvolvimento.

6. As expressões artísticas devem ser desenvolvidas através de diferentes técnicas: Teatro/Artes Cênicas. Diferentes formas de expressão, trabalhos com textos, montagem de peças, iluminação, figurino etc..

#### 4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

História do teatro, Música, História da Música, Coro, Introdução à música, folclore, clássico etc..

7. A Educação Física deve ser trabalhada através da iniciação esportiva, com escolinhas bimestrais. O aluno aprenderá regras dos mais diversos jogos, habilitando-o a acompanhar toda espécie de esporte (nacionais/internacionais).

Foi realizada uma coleta de opiniões com 10 (dez) professores de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e de 1ª a 3ª série do ensino médio de escolas do Rio de Janeiro - RJ. No decorrer desta análise foi demonstrada a importância e a necessidade de se trabalhar com o aluno a partir de situações concretas de vida.

É necessário que o professor tenha o conhecimento prévio de como se processa o desenvolvimento cognitivo das crianças, a fim de lhes proporcionar situações e atividades subsidiadas concretamente para que este conhecimento seja realmente efetivo e contribua para que elas, ao ingressarem no ensino médio, não tenham tanta dificuldade de prosseguir na aprendizagem dos conteúdos matemáticos.

Uma vez partindo do concreto, a criança terá condições, num período posterior de seu desenvolvimento cognitivo, de atingir a fase das abstrações, necessária às resoluções de situações complexas. O importante é que o professor não se apresse em querer que seus alunos adquiram o conhecimento, tentando envolvê-los em atividades muito abstratas e acima do nível intelectual em que se encontram.

Cabe a nós, professores, levarmos em consideração todos os fatores até aqui apresentados, buscando nos conscientizar da importância dessa fase inicial do desenvolvimento integral infantil para que, enfim, o ensino torne-se realmente eficiente e conduza a resultados satisfatórios.

Muitos outros conceitos poderão ser acrescidos. Cabe ao professor interessar-se por sua capacitação, buscando caminhos por intermédio de leituras e pesquisas para um trabalho eficiente com alunos nessa faixa etária.

Dentro desta proposta de ensino, a avaliação deve ter um caráter abrangente e precisa considerar o tipo de ser humano que se quer formar, e da sociedade que se deseja.

Deve ser uma avaliação diversificada quanto às oportunidades e instrumentos utilizados, não se reduzindo a um instrumento de mensuração quantitativa do conhecimento acumulado ao final do processo, mas acontecerá ao longo dele, de modo contínuo.

Será um referencial para apontar não só os pontos obscuros, obstáculos e lacunas do aprendizado, mas também para planejar futuras aprendizagens e possibilitar ao professor o julgamento do seu próprio desempenho, além de subsídios para a reformulação da prática pedagógica.

É necessário estar alerta para não se criar um sistema que busque sempre o gabarito”, uma única resposta certa.

Num modelo de ensino e aprendizagem que considera o conhecimento em permanente elaboração, os erros não podem ser interpretados como simples equívocos, falta de atenção, conhecimento ou conseqüências de patologia.

Os erros precisam se tornar objeto de estudo e reflexão por parte do professor, mais do que simples deslizes a serem identificados e assinalados para o aluno.

Eles resultam das contradições das estruturas cognitivas e somente quando essas contradições são percebidas é que o sujeito se torna capaz de superá-las.

Para que o cotidiano escolar não fique impregnado do preconceito de que só existe uma maneira certa de fazer cada coisa, é preciso romper a rotina escolar que cria um único modelo de bom aluno, eliminando o pensamento divergente.

Os procedimentos tradicionais tendem a limitar a capacidade de ação do ser humano e eliminar da escola a dimensão lúdica, indispensável ao desenvolvimento da inteligência.

Num sistema onde as diferenças não são toleradas, não é possível cultivar a imaginação, aventurar-se na busca de soluções diferentes, criar novidades.

Não se aprende a lidar com críticas e perdas, quando se relaciona estar errado com não ser aceito ou aplaudido.

O meio dessa rejeição rapidamente cerceia a ousadia de explorar novas possibilidades. Os erros precisam, pois, ser aceitos como normais e até mesmo desejáveis, ao invés de simplesmente tolerados ou severamente punidos, uma vez que são necessários como parte do processo, à medida que levantam novos problemas e possibilidades de acertos.

Argumentações, comentários, críticas e questionamentos em torno da situação em que se encontra a educação em nosso país levam-nos a refletir e buscar possíveis soluções para tão grande problema.

Fazendo uma reflexão e buscando ao longo da nossa história os fatos e ocorrências relacionados à política educacional vigente ao longo

dos anos, podemos detectar inúmeras causas, tanto de origem sócio-cultural e econômica, como psicopedagógica e, ainda, podemos citar a mais marcante questão ligada ao descaso que se tem para com o próprio povo.

Formar súditos é mais cômodo do que relacionar-se com indivíduos conscientes, auto-reflexivos, críticos e capazes.

Entretanto, nossa proposta é a de conhecer e refletir sobre a prática da avaliação da aprendizagem no contexto educacional brasileiro, propondo novos rumos para a mudança de posicionamento do professor e demais profissionais da educação, especialmente os da área de Ciências Físicas e Biológicas.

Constantemente, são divulgados dados estatísticos retratando o alto índice de repetência e evasão escolar, entretanto, os anos se passam e a situação continua em evidência.

É necessário que, além de levantar as causas geradoras dos problemas, os educadores se unam na prática pedagógica de atendimento direto ao professor, preparando-o da melhor forma possível para que este tenha condições de atuar junto ao aluno-educando, tendo bases sólidas para atendê-lo, de forma condizente.

Como se sabe, a educação, no sentido intrínseco, é mudança de comportamento, é atuação de gerações mais antigas sobre as gerações novas; neste sentido, o que temos notado é uma verdadeira fragmentação dentro do processo educativo, sem que os responsáveis por esse investimento de tão elevada envergadura assumam o compromisso de encontrar soluções para os graves e intermináveis problemas que assolam estruturas políticas e sociais.

Destacando-se como uma das maiores causas do fracasso escolar, a avaliação precisa ser repensada.

É, pois, procurando desvendar pontos cruciais que afetam a escola, que fazemos abordagens quanto aos contextos pedagógicos para a prática da avaliação, levando em conta o significado do termo avaliação, associando ao desencontro de suas formas e aplicabilidades.

É importante considerar que o verdadeiro objetivo da avaliação é reorientar o processo de ensino, fazendo com que os envolvidos neste processo questionem, conjuntamente, suas práticas e compromissos.

A avaliação, portanto, não é algo destinado a avaliar apenas o aluno - atinge também a prática do professor. Independentemente de grandes desenvolvimentos no campo da avaliação, somente esta mudança de concepção já seria um grande avanço em nossas escolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos, entretanto, que embora venha se falando tanto nos aspectos associados à avaliação qualitativa, a prática tem sido dissociada do que se prega.

O sistema educacional brasileiro é seletivo e procura dificultar as ações que se desenvolvem na direção de uma avaliação mais democrática e humana.

Como proposta de mudança, o esforço conjunto entre os profissionais de educação surge como meio plausível e eficaz. Avaliados e avaliadores, lado a lado, podem fazer com que a avaliação deixe de ser um ponto decisivo nos altos índices relativos ao fracasso escolar.

Este trabalho teve por base uma análise do processo de construção do conhecimento, tomando por referência as teorias de LUCHESI (1984), HOFFMANN (1992), entre outros.

Fez-se neste trabalho, deste modo, uma comparação entre a realidade avaliativa existente nas escolas e as propostas de avaliação, a nível diagnóstico e formativo, a partir da nova postura adotada pelos professores.

É necessário dizer que a avaliação da aprendizagem do sistema educacional brasileiro clama por socorro, atendido que está pelos novos Parâmetros Curriculares Nacionais, que pregam a valorização integral do aluno e não cobranças quantitativas por meio de provas e testes, desnecessários que foram até o presente momento.

É preciso repensar a avaliação e a necessidade urgente desta mudança surge como um desafio, no sentido de situar o relevante papel dos profissionais comprometidos com educação deste país, especialmente os professores, a agentes da mudança.

Quando se propõem alternativas que possibilitem ao professor redefinir sua prática pedagógica e mudar sua postura e posicionamento em relação à avaliação da aprendizagem, deve-se ter consciência do real significado da avaliação e de sua utilização como função controladora e anti-democrática, desempenhando um papel negativo na educação e favorecendo o fracasso escolar.

Na história da educação brasileira é preciso destacar o papel da avaliação para as pedagogias tradicional, nova ou escolanovista, tecnicista, libertadora dos conteúdos sócio-culturais, indo até ao construtivismo, tida como a grande inovação em nossas escolas.

Após analisar o significado do termo avaliação e salientar os problemas enfrentados por professores em relação à avaliação do processo ensino-aprendizagem, compreende-se a necessidade de mudança.

Torna-se necessário ainda focalizar a avaliação predominante em nossas escolas, destacando-se a urgência em se adotar uma nova postura visando a sua melhoria e a compreensão do seu verdadeiro significado.

A avaliação precisa ser executada de forma construtiva, contribuindo para desenvolver o espírito da auto-crítica, que estimulará o educando a superar suas próprias dificuldades. Observa-se que a avaliação deixa de ser elemento formador da auto-crítica e auto-avaliação, se ocorrer diretamente através da atuação do professor.

O sistema educacional, estando estritamente relacionado ao fracasso escolar, deve ser abordado enfocando o papel da escola, do currículo, da disciplina e o professor na distorção da avaliação, como forma de autoritarismo, dominação e desrespeito ao aluno quando vê anulados suas experiências e seus interesses.

Das afirmações e deduções realizadas, chega-se à proposição de tomar por ponto de partida, o momento de mudança. A mudança que acontece dentro da própria escola, através da ação direta do professor, fará com que os ânimos se refaçam e o trabalho conjunto, envolvendo direção, especialistas, família e aluno, num total envolvimento em torno do processo avaliativo e sua eficácia em favor do educando, seu crescente aperfeiçoamento e permanência nas escolas, em detrimento do alto índice de evasão e repetência.

Pode-se afirmar que as soluções para a melhoria do desempenho escolar dos alunos que apresentam notas baixas, produções insuficientes, avaliações fracas e um total desinteresse às propostas escolares, vão surgir a partir do momento em que a escola e família buscarem propostas de ação democrática e consciente. Isto não será fácil, haverá resistência, pois não é fácil acabar com o conservadorismo e com a dominação, mas é preciso ter coragem para mudar.

É a mudança de postura pedagógica, voltada para a reflexão, para a decisão clara e racionalmente definida, apoiada no respeito mútuo, sobretudo com muita dedicação e bagagem de conhecimentos gerais associados ao comprometimento, que irão gerar novas propostas e respostas condizentes com o êxito da tarefa educativa e, conseqüentemente, com o êxito do processo da avaliação da aprendizagem no contexto educacional brasileiro.

Recomendamos aos professores que analisem e discutam o contexto global da escola em relação ao meio que ela pertence e sugerimos:

## RECOMENDAÇÕES

- Fazer avaliações constantes do planejamento ao longo de seu desenvolvimento;
- Adotar a avaliação participativa, dialógica, durante e após as aulas, se quiserem que seus alunos entendam o porquê, o para quê e o como de cada atividade desenvolvida;
- Procurar levar o aluno a executar uma atividade com consciência e reflexão, conhecimento do seu objetivo e sua relação com o contexto social, cultural e político;
- Fazer uso, quando possível, de observações sistemáticas, tais como diários, sociogramas, listas de checagem e mesmo códigos, que os ajudem a avaliar os alunos como indivíduos e como cidadãos;
- No caso de testes padronizados, fazer verificação prévia da sua validade, fidedignidade, e utilizar os resultados do teste, fornecendo aos alunos o significado dos mesmos;
- Fazer uso constante da auto-avaliação. Professores e alunos, juntos, podem discutir o processo ensino-aprendizagem, tentando detectar as áreas deficientes que precisam ser trabalhadas. Através da avaliação de suas ações, professores e alunos podem tomar conhecimento de suas falhas e limitações e formular novos planos para superá-los;
- Procurar, além de conhecer a realidade sócio-cultural e econômica dos alunos, analisá-los como um todo, para que possam avaliar de forma global suas ações, sua linguagem, seus sonhos, como síntese do corpo, da alma e do espírito. ◆

**REFERÊNCIAS  
BIBLIOGRÁFICAS**

- ABRECHT, Roland. A avaliação formativa. Portugal, Edições ASA, 1994.
- ARROYO, Miguel Gonzales. Da escola carente à escola possível. São Paulo, Loyola, 1991.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. A escola não deve reprovar ninguém. Nova Escola, São Paulo, n. 26, p. 16-28, nov. 1992.
- CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy; OLIVEIRA, Rosisha Darcy. A vida da escola e a escola da vida. Petrópolis, Vozes, 1982.
- FAGALI, Eloisa Q., VALE, Zélia Del Rio. Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis, Vozes, 1993.
- FERREIRA, Paulo Rogério de Paiva. Avaliar: um ato que exige mudança. AMAE Educando, Belo Horizonte, n. 226, p. 3-5, abr., 1992.
- FERREIRO, Emília. Teoria construtivista de alfabetização. Nova Escola, São Paulo, n. 34, p. 12-19, out., 1989.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo, Ática, 1991.

- GIORDANI, Ângela Maria de Morirá. Repensando a avaliação do processo ensino-aprendizagem. AMAE Educando, Belo Horizonte, n. 189, p. 2-6, ago., 1987.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação a serviço do aluno e não contra ele. Mundo Jovem, Porto Alegre, n. 36, p. 12-13, abr., 1992.
- KRAMER, Sônia. Questão de humildade. AMAE Educando, Belo Horizonte, n. 285, p. 6, mar. 1993.
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública; a pedagogia dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1984.
- LIMA, Lauro de Oliveira. Mutações em educação segundo McLuhan. Petrópolis, Vozes, 1982.
- LORENZONI, Lucinda Maria. Considerações sobre avaliação do ensino-aprendizagem. Porto Alegre, Educação e Realidade, 1989.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. Porto Alegre, 1984. (apostila)
- \_\_\_\_\_. Prática docente e avaliação. Rio de Janeiro, ABT, 1990.
- \_\_\_\_\_. Avaliação: mito e desafio, uma perspectiva construtivista. Porto Alegre, Educação e Realidade, 1992.
- NIDELCOFF, Maria Tereza. Uma escola para o povo. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- NISKIER, Arnaldo. A escola acabou? Rio de Janeiro, Bloch, 1989.
- RABELO, Edmar Henrique. Uma proposta de avaliação. AMAE Educando, Belo Horizonte, n. 232, p. 29-33, nov. 1992.
- RODRIGUES, Neidson. Lições do príncipe e outras lições. São Paulo, Cortez, 1984.
- SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. São Paulo, Cortez, 1992.
- SOARES, Magda Becher. As palavras são metralhadoras. AMAE Educando, Belo Horizonte, n. 203, p. 6-8, maio. 1987.
- SOARES, Magda. A escola é contra o povo. Nova Escola, São Paulo, n. 19, p. 22-24, mar. 1988.
- VASCONCELOS, Celso dos S. A participação do professor na distorção da avaliação. Dois Pontos, Belo Horizonte, n. 13, p. 8-11, ago. 1992.
- VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

## ANEXO 1

Roteiro do questionário destinado aos professores do Rio de Janeiro sobre avaliação, discutido na parte 3

nome:

disciplina:

Este questionário foi destinado a um levantamento de dados sobre uma nova proposta de avaliação, em quatro escolas públicas do Rio de Janeiro

1. Na sua opinião a avaliação é necessária? Em que situações?
2. Qual é o comportamento dos alunos em dia de prova, na sua percepção?

## ANEXO 2

3. Quais as formas de avaliação adotadas em sua disciplina?
4. Em sua disciplina a avaliação utilizada revela o rendimento do aluno segundo os objetivos propostos pela teoria piagetiana? Por quê?
5. Quais os instrumentos de avaliação que você julga mais adequados para avaliar a sua disciplina?

### **RESENHA sobre a avaliação formativa**

ABRECHT, Roland. A avaliação formativa. Portugal: Edições ASA, 1994, 176p.

O autor analisa e discute a avaliação formativa, dando-lhe maior abertura e inserindo-a em contexto concreto de aplicação.

Licenciado pela Universidade de Genebra, Roland Abrecht trabalha no ensino secundário em Genebra. Certamente, por estar tão ligado ao ensino e sua prática, articula com tanta habilidade a reflexão e a prática. Fornece informações essenciais sobre a avaliação formativa, de maneira bastante didática, evitando transmitir uma idéia já completamente elaborada do tema.

Conforme o próprio autor afirma, em sua introdução, é duplo o objetivo do livro: “informar”, e nesse sentido aborda uma boa quantidade de material sobre o tema; “abrir uma porta à reflexão”, enfatizando as questões fundamentais sobre o assunto e colocando o leitor ante a problemática relativa à avaliação formativa.

Abrecht situa esse tipo de avaliação no contexto do seu funcionamento, apresentando, inicialmente, além dos objetivos fundamentais, os determinantes que a condicionam, os diversos níveis que intervêm na avaliação e suas funções, suas questões básicas, seus dilemas permanentes (Capítulo I).

Para esclarecer em que consiste a avaliação formativa, parte o autor para o exame de diferentes conceituações, ressaltando características essenciais convergentes, apontadas como linhas de força desse tipo de avaliação. A criação do nome *avaliação formativa* por Scriven, em 1967, em oposição à *avaliação somativa*, e, a releitura de Landsheere, em 1979, estão devidamente registradas (Capítulo II).

Sem perder de vista que a avaliação formativa pode ser objeto de diferentes expectativas, de acordo com o contexto em que estiver inserida, apresenta alguns pontos fundamentais que variam de acordo com a perspectiva pedagógica em que o professor se situa, o diagnóstico das cau-

sas de dificuldades dos alunos e os modos de regulação, chegando à interação formativa, avaliação formadora e seus critérios (Capítulo III).

Parte, então, para um novo tipo de avaliação formativa: mais aberta, como tomada de consciência, que contempla fatores essenciais como a motivação e a personalização, indo do *porquê* ao *como*, desembocando em instrumentais como exercício de comunicação em uma situação aberta, nova, interativa, em progressiva interpretação do contexto onde está inserida (Capítulo IV).

Os instrumentos que fazem parte da seção mais exemplificativa têm como característica comum a de “apresentarem-se sob a forma interrogativa, capaz, por isso mesmo, de implicar o leitor, logo à primeira vista (se partirmos do princípio de que uma questão só existe se colocada por alguém)” (p. 89). O primeiro desses instrumentos retoma alguns pontos enfatizados anteriormente e aponta para uma avaliação formativa orientada essencialmente para a remediação. O segundo é um instrumento de auto-avaliação que, além de se destinar diretamente aos alunos, sublinha parâmetros determinantes na qualidade da aprendizagem. A seguir, são apresentados testes, *check-list*, questionários, *Q. Sort* e outros instrumentos de auto-avaliação para o aluno (Capítulo V).

Uma vez apresentados os instrumentos, são enumeradas as principais vantagens, os atrativos e as contribuições da avaliação formativa, os papéis positivos que desempenham no processo ensino-aprendizagem e a ênfase em um de seus aspectos principais: a mudança de significado e de tratamento do erro (Capítulo VI). Ao lado dos aspectos positivos, são apresentadas as dificuldades, obstáculos, complexidades e exigências que esse tipo de avaliação pode provocar, não só em sua concepção como em sua prática: as dificuldades relacionadas com as instituições, as teóricas gerais, as estruturais, as práticas, as específicas (Capítulo VII).

Abrecht conclui sintetizando os elementos essenciais que caracterizam uma avaliação formativa aberta, a partir de seus limites e vantagens. Pela discussão de alguns pontos problematizadores, o autor tenta discernir grandes linhas de uma via diferente, mais aberta, da avaliação formativa: a questão essencial dos objetivos é retomada em um novo contexto. Surge, então, uma avaliação liberta de modelos e específica de cada um, direcionada para um contexto concreto de funcionamento (Capítulo VIII).

Uma bibliografia bastante útil e extensa sobre o assunto é ainda apresentada ao final do livro.

Vilma Pereira - (UERJ, UNIVERSO)